

AS PEQUENAS CIDADES DE MINAS GERAIS: UMA TIPOLOGIA

Marly NOGUEIRA¹

RESUMO

As grandes cidades sempre foram objeto das reflexões teóricas sobre o urbano. As cidades médias, mais recentemente, com expressivo crescimento que supera, em muitos casos, o das grandes cidades, indicam um novo momento nas dinâmicas geográfica e socioeconômica brasileiras. Já as cidades pequenas, apesar de se encontrarem por todo o território nacional e desempenharem importante papel socioeconômico, também em Minas Gerais, requerem maior atenção. Assim, pretende-se neste trabalho apresentar o mapa da espacialização das pequenas cidades mineiras, tendo por base a tipologia formulada por Corrêa (2011), e assim, contribuir para a reflexão teórica sobre as mesmas.

Palavras chave: Espacialização. Cidades pequenas. Tipologia. Minas Gerais.

¹ Laboratório de Estudos Territoriais (LESTE) pela Universidade Federal de Minas Gerais.

THE SMALL TOWNS OF MINAS GERAIS: TYPOLOGY

ABSTRACT

Large cities have always been the object of theoretical reflections on the urban aspect. More recently, middle-sized cities, whose progress has, in many cases, surpassed those of the big cities, have pointed to a new era for the Brazilian geographic and socioeconomic dynamics. The small towns, however, in spite of being spread all around the country and playing a very important role in the socioeconomic life of the country, including the small towns in Minas Gerais, require further attention. Bearing in mind the statements above, the purpose of this study is to present the spatialization map of the small towns of Minas Gerais, based on the typology developed by Corrêa (2011), and, consequently, contribute to the theoretical reflection on them.

Keywords: Spatialization. Small towns. Typology. Minas Gerais.

1 INTRODUÇÃO

As grandes cidades sempre foram objeto da atenção dos estudiosos das ciências sociais, entre as quais a Geografia, já que sobre elas se encontram os exemplos mais expressivos das reflexões teóricas sobre o urbano, sobretudo no último século. Este privilegiamento que sempre foi dado às reflexões sobre as grandes cidades em detrimento, em parte, daquelas sobre as cidades médias e também às pequenas, pode ser explicado por Corrêa (1999) quando salienta que as razões para isso encontram-se no fato de que tais cidades terem realizado um salto qualitativo que se traduziu numa maior complexidade funcional, de dinâmica espacial, de estrutura social e de organização interna e que, por isso, a visibilidade de seus problemas específicos tornou-se maior. Uma vida social mais intensa e dinâmica, na qual as fragilidades ambientais e sociais se tornam mais visíveis também explicam, em parte, esta predominância dos estudos sobre as grandes cidades. As cidades médias, por sua vez, também, se tornaram, nas últimas décadas, expressivo objeto de estudos e reflexões teóricas, como resultado de seus significativos crescimentos demográfico e econômico. O aumento da importância econômica das cidades médias e sua crescente participação na população urbana brasileira faz parte do mesmo processo que Santos (1993) denomina de desmetropolização, ou seja, enquanto as grandes cidades diminuem sua participação na população urbana, o contrário ocorre nas cidades médias. “Entre 1950 e 1980 o índice de multiplicação de população urbana para as cidades milionárias foi de 3,11 (um acréscimo de mais de 2.000.000 de habitantes) e aquele para as cidades entre 200 mil e 500 mil habitantes foi de 5,61” (SANTOS, 1993, p.122 e 123). Este crescimento, que vem superando consecutivamente o das grandes cidades, indica que a dinâmica populacional brasileira passa por um novo momento. Os elementos fundamentais para se encontrar uma boa qualidade de vida estão mais difíceis de serem encontrados nas grandes cidades; assim, mesmo com um sistema mais complexo e variado de oferta de comércio e serviços, elementos outros estão fazendo a diferença, como o trânsito mais fluido, o custo de vida mais baixo e a oferta de emprego mais visível nas cidades médias.

Entretanto, no que respeita às pequenas cidades e aos ainda poucos estudos acerca das mesmas, é forçoso reconhecer, numa primeira aproximação, uma certa dificuldade entre os autores sobre a própria definição do que é a pequena cidade no Brasil. De fato, trata-se de uma problemática complexa, pois envolve várias dimensões sociais e econômicas, tanto do mundo rural, como do urbano. Como salienta Endlich (2006), é nas pequenas cidades que vão se encontrar os limites entre o urbano e o rural e este fato corrobora a relevância do estudo das pequenas cidades. Complementarmente, é importante aprofundar a reflexão acerca das

Geogingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia
ISSN 2175-862X (on-line)

pequenas cidades porque elas compõem a maior parte do território nacional; a maioria dos municípios do país é constituída de pequenas cidades. Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010), 95% dos municípios brasileiros são pequenos, ou seja, 5.282 municípios possuem população total abaixo dos 100 mil habitantes. No estado de Minas Gerais este número sobe para 96.5%. Entretanto, tomando como parâmetro as considerações de Corrêa (2011), fica aqui, definido um limite menor de população municipal, na marca dos 20 mil habitantes, pois que tal dimensão demográfica é a ideal, tendo em conta que, dificilmente, os pequenos municípios ou centros locais, ultrapassam essa marca de população total. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), portanto, no Brasil, 70% dos municípios possuem população abaixo dos 20 mil habitantes, e em Minas Gerais essa proporção chega a 79%, correspondente a 676 municípios. Estudar os pequenos municípios é estudar grande parte da problemática que envolve, entre outros temas, a gestão municipal no país e seus diversos problemas e perspectivas.

O objetivo deste artigo é, desta maneira, elaborar uma classificação dos 676 pequenos municípios de Minas Gerais, abaixo dos 20 mil habitantes, tendo como base a tipologia proposta por Corrêa (2011). Outrossim, pretende-se estabelecer a espacialização dos cinco tipos ideais de pequenas cidades em território mineiro e dimensionar alguns aspectos da configuração social e econômica destas pequenas cidades. O resultado é um mapa da tipologia dos pequenos municípios mineiros e sua regionalização no território estadual.

2 ANOTAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE PEQUENA CIDADE

A definição de um conceito de cidade pequena passa necessariamente pelo debate acerca das relações entre o urbano e o rural. Mesmo que para o IBGE (2010), por exemplo, a cidade pequena seja aquela comunidade com uma população inferior a cem mil habitantes, tal definição somente demonstra que o parâmetro demográfico é muito limitado para definir qualquer coisa. Mesmo que para Wanderley (2001), num outro exemplo, os cinquenta mil habitantes seriam o limite ideal para se delimitar as pequenas cidades, ainda assim esta simples diminuição do limite superior de população total não contempla a complexidade do tema. Muito utilizado no mundo inteiro, o patamar demográfico padece de profundas variações, além de não conseguir dar conta de expressar a importância da cidade. A simples aglomeração das pessoas, em contraposição à dispersão que caracterizaria o rural, menospreza importantes definições do urbano, tais como seu grau de desenvolvimento socioeconômico, por exemplo.

A presença da indústria e do comércio e, por conseguinte, da atividade da troca são as atividades típicas do urbano, que surgem em contraposição ao campo, especializado na lida da agropecuária. Mas, é fato que, atualmente, a associação da atividade econômica predominante tanto no urbano como no rural não consegue abarcar a referida complexidade do tema, diante do surgimento de um “novo” rural multifuncional e de um urbano que é lugar, sobretudo, do consumo (ABRAMOVAY, 2000).

Assim, é que no atual período técnico-científico-informacional, para Santos (1997), as relações entre o urbano e o rural não se limitam mais a uma cidade e ao seu campo imediato, porque quanto maior for o grau de modernização dos espaços agrícolas, maiores são os alcances destas relações, quebrando o antigo arranjo espacial. Importa, aqui, a rede urbana e as relações que nela se dão e que ela mesma proporciona, atingindo profundamente o campo, transformando-o e às suas relações com a cidade/ urbano.

Admitindo que o urbano e o rural constituem, entre si, condições de vida diferenciadas, como assim o declarou Lefèbvre (1969), o campo é invadido pelo modo de viver do urbano, carregado de sistemas de valores e de objetos. O campo transforma-se com a chegada da água encanada, da luz elétrica, pelo carro, pela TV, objetos que forçam o aparecimento de novos serviços, antes inexistentes. Novos valores nascem no seio da sociedade camponesa, com destaque especial, pela mais espetacular delas: a previsão do futuro. De fato, tudo muito racional.

Para Harvey (2003), a participação das pequenas cidades na globalização tem a ver com o papel exercido pela fricção das distâncias e os efeitos de concentração, movimento e inércia neste mesmo ambiente. O autor explica que as pequenas cidades estão agora mais inseridas no mercado global, possuindo bancos e sistemas de comunicação instantânea como TVs e internet, mas, como estes aparatos tecnológicos não chegam simultaneamente no interior, e mesmo quando chegam, demoram certo tempo até fazer parte do cotidiano do lugar, desenvolve-se uma inércia, que passa a caracterizar a inserção dessas cidades na globalização. Wanderley (2001, p.10) adiciona a este quadro, a influência da família, afirmando que a mesma tem um caráter fundamental, já que, por tradição, tenta preservar a todo custo seus valores e práticas, ainda que em condições adversas. A esta ligação, restrita a hábitos rurais, nomina-se de ruralidade.

De fato, a modernização do campo contribuiu para a transformação radical do campo no Brasil, nas últimas décadas. O surgimento da industrialização do campo, por meio da formação dos complexos agroindustriais afetou profundamente a estrutura fundiária, recrudescendo a concentração de terras, alterando as relações de trabalho e produção e a

Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia
ISSN 2175-862X (on-line)

paisagem. O Brasil tornou-se um país muito mais agrário, agrícola para Santos (1993). Do outro lado, uma intensa depauperação do campo, do antigo rural, no qual não se encontram as condições de modernização. Neste campo profundamente empobrecido, do domínio da pequena propriedade, que se quebra ainda mais, dos solos que se esvaem, não existe futuro, as pessoas vão embora, migram.

Do lado do urbano, o comandante de todas as transformações aqui apontadas, tem-se o aumento da própria industrialização, muitas vezes fazendo as pequenas indústrias das pequenas cidades desaparecerem (CORRÊA, 2011, p. 9). A este respeito, o referido autor afirma sobre o rápido e intenso desenvolvimento da circulação e como tal processo afetou as pequenas cidades, ou seja, aumentou a facilidade de articulação direta com outros centros urbanos mais longínquos, dispensando a intermediação das capitais regionais e das metrópoles, ao mesmo tempo em que pôde deixá-las mais marginalizadas ainda, justamente porque ao novo espaço de fluxos não importam as pequenas cidades. Assim, é que “a pequena cidade do final do século XX e início do século XXI, constitui-se em um nó minúsculo em uma vasta rede urbana, na qual o papel que desempenhava nas relações urbano – rural foi alterado” (CORRÊA, 2011, p. 10).

Considerando, portanto os apontamentos acima é que se pode apresentar algumas considerações acerca das características mais importantes da pequena cidade no Brasil. Desta forma, aponta-se a definição de Corrêa (2011), em que o limite do patamar demográfico para uma primeira aproximação do conceito seria entre 20 e 30 mil habitantes. Para o referido autor, os municípios classificados como centros locais é que são as verdadeiras cidades pequenas, pois dificilmente este município conseguirá possuir uma hinterlândia maior que a área do seu próprio município. Esta proposta de definição parece ser muito adequada, pois ao articulá-la ao tema da centralidade urbana, amplia o debate no sentido de tornar mais apurado o conceito de cidade pequena.

De fato, quando Corrêa (2011) se refere a centro local, quer dizer acerca do município exercer influência sobre a área do próprio município ou sobre municípios ainda muito menores e ainda em vilas e povoados com predominância de atividades rurais, sendo esta hinterlândia o menor grupo possível de existência de um município. Em regiões de estagnação econômica há um significativo reforço nas atividades urbanas destes centros locais, já que a cidade centro de zona, cidade imediatamente superior ao centro local na hierarquia urbana, não vem apresentando uma realidade interessante para novos investimentos e fortalecimento da rede de comércio e serviços. Deduz-se deste quadro, uma predominância de oferta de comércio e serviços em qualidade e quantidade nada expressivos. Complementarmente, deve-se destacar,

que para qualquer obra de infraestrutura na pequena cidade é necessário o suporte das instâncias superiores de governo (estadual e federal), já que para as prefeituras estas obras representam quase todo o orçamento municipal, ou grande parte dele, sendo inviável o município executá-la sozinho. De fato, a pequena cidade, em geral, padece de total ausência de autonomia financeira, como consequência de uma economia muito deprimida e muito atrasada.

Wanderley (2001) aponta que parte dos empecilhos ao desenvolvimento da modernização nas cidades pequenas está ligada à urbanização fragilizada que se encontra em áreas distantes dos grandes centros. Um quadro de baixa oferta de estradas, ou em condições ruins de pavimentação e, como as pequenas cidades não possuem uma demanda expressiva se comparada à dos grandes centros, o custo do frete eleva-se, aumentando os custos ao consumidor final. Uma outra parte é devida à ausência de centros regionais dinâmicos na rede à qual pertence o pequeno centro local, capazes de ofertar, por exemplo, uma estrutura básica que dê suporte ao desenvolvimento local, como, por exemplo, dotar de energia elétrica o meio rural e providenciar uma reforma no setor educacional, que coloque em níveis de igualdade, os estudantes dos pequenos municípios. Estes fatores são fundamentais, pois constituem os subsídios para inserir demandas globais na estrutura local do município, para a valorização do patrimônio e para o aumento da renda.

A intensificação do processo de globalização não se dá de modo uniforme no território, uma vez que a urbanização e industrialização não contemplaram as regiões do país mais deprimidas economicamente. Tal processo ocorre intensamente nas regiões desenvolvidas, modificando as relações entre rural e urbano, impondo novos hábitos de consumo e acentuando as desigualdades socioespaciais. A este respeito, Santos (1993, p. 74-75) destaca:

Dois problemas, reais e de método, parecem impor-se. O primeiro é a diferença de situações, entre, de um lado as regiões mais economicamente desenvolvidas do País (aquelas onde o meio técnico-científico se afirma mais fortemente) e, de outro, as regiões deprimidas. Nessas últimas, as demandas do mundo rural são qualitativamente e quantitativamente menores, porque os níveis de renda são baixos e a modernização agrícola é inexistente, pontual ou incompleta, e, desse modo, a cidade preside a uma vida de relações que é ainda próxima do tradicional, através da conhecida dicotomia rural-urbana.

Quanto ao conceito de ruralidade, tanto Wanderley (2001), como Santos (1993) chamam a atenção sobre a importância que certos aspectos geográficos, como uma forma de relevo, um tipo de clima ou de solo diferente daquele da região na qual está o município, acabam provocando um aumento da ligação ao meio ambiente das populações das pequenas e devem ser levados em conta ao se estudar uma pequena cidade. Diferentemente das grandes e médias

idades onde obras de engenharia são executadas para transpor as dificuldades de ocupação naturalmente existentes, nas cidades pequenas as populações aprendem a contornar estas dificuldades, criando um *ethos* e tecnologias para conviverem com o fato.

Corrêa (2011) destaca que as cidades pequenas possuem uma vida muito ligada a ruralidade e, portanto, é impossível delinear o limite do rural e do urbano nestas, pois elas constituem uma área de transição do *continuum* rural-urbano. Por outro lado, no Brasil, é importante destacar, toda a pequena cidade possui sua sede administrativa, pois é município, um ente federado e, portanto, não existe uma pequena cidade que seja exclusivamente rural. Toda pequena cidade possui alguma oferta de serviços e produtos, por mais incipiente que seja. Não só de transição, mas também de continuidade, as pequenas cidades estão ligadas à lógica regional e suas criações são facilmente explicadas pela geografia histórica. Assim, cidades surgidas a partir de um determinado fato ou fator da realidade têm sua estrutura criada a fim de atender as necessidades do lugar e estas necessidades serão as responsáveis pelo relacionamento dos municípios com sua hinterlândia e com a cidade de nível hierárquico mais alto, o centro de zona. Exemplos de fatores que promovem o surgimento de cidades: povoamento derivado de atividade minerária, cidades derivadas de missões religiosas, estações ferroviárias ou *company towns* (CORRÊA, 2011; WANDERLEY, 2001; DAMIANI, 2006).

Os padrões acima assinalados podem levar, incorretamente, ao entendimento de que existe um único tipo de cidade pequena no Brasil, e, pelo contrário, que haveria uma diferenciação total do grupo destas cidades. Desta forma, é no sentido de dirimir e apontar alguns tipos ideais, que, Corrêa (2011) constrói uma tipologia que pretende contemplar, segundo suas próprias palavras as unidades e as diversidades (CORRÊA, 2001, p. 10). A proposta do referido autor indica que há cinco tipos ideais de pequenas cidades e, muito embora, na qualidade de tipo ideal, possa haver um tipo puro, é mais comum que os tipos se combinem. Na existência de muitas combinações, tal fato poderia indicar um aumento de população e, então, a pequena cidade deixaria de ser pequena, pois afinal, as pequenas cidades caracterizam-se por sua extrema simplicidade funcional.

Para efeito deste artigo, apresentam-se, resumidamente, a seguir, os cinco tipos ideais da tipologia de Corrêa (2011, p. 11-12). São eles:

➤ Prósperos lugares centrais: localizam-se em áreas de campo modernizado, podendo ser industrializados; as sedes urbanas dispõem de serviços e bens em sintonia com a tecnologia nacional, global. Em sua maioria são centros locais, pouco frequentemente, centros de zona. Constituem os centros de apoio terciário das atividades agrárias de sua região. Trata-se da cidade do campo de Santos (1993). São mais importantes numericamente na região

Centro-sul, na confluência do agrário moderno com o urbano, na qual o lugar central é parte integrante.

➤ Pequenos centros funcionalmente especializados: núcleos de povoamento onde a atividade principal gira em torno de uma empresa ou de uma modalidade de produção e pouco tem ligação com a área rural. Localiza-se no campo, mas dele está desvinculado, apresenta fluxos longínquos e alheios ao lugar e vizinhança. Na maior parte dos casos, resultam de processo de refuncionalização, em virtude de perda de importância nas relações com o campo. A *company town* é um outro sub tipo, na qual o controle da cidade e de grande parte de seus habitantes está na mãos da grande empresa; Carajás (PA), é um exemplo, embora estejam, ambos os subtipos, espalhados por todo o território brasileiro.

➤ Os subúrbios-dormitório: cidades que servem de estoque de mão de obra para as grandes cidades e cidades em amplo crescimento; possuem uma economia pouco dependente da produção agrícola e sua área rural é fortemente utilizada para recreação para os habitantes das grandes cidades; estão localizadas às margens da cidade grande ou na região metropolitana, possibilitando os movimentos pendulares de seus moradores que trabalham na cidade grande. Localizam-se, em sua maior parte, no Centro-sul.

➤ Os reservatórios de força de trabalho (focos de concentração dos trabalhadores agrícolas): cidades que possuem a maioria dos habitantes na área rural do município, em áreas de forte concentração de terras e de péssimas condições de trabalho. Espalham-se da Amazônia até o Centro-sul, ou de áreas de povoamento recente, até as regiões da agroindústria. Muito pobres e decadentes estes núcleos mantêm relações entre si e o rural porque são focos da atividade política relativa às questões do trabalho no campo.

➤ Núcleos dependentes de recursos externos: núcleos urbanos altamente esvaziados, pobres, sem recursos para novos investimentos, altamente dependentes de repasses federais (FPM), aposentadorias e pensões do INSS (LOAS) e algum recurso daqueles que migraram. Geralmente, constituem antigos e decadentes ou estagnados lugares centrais, nos quais a migração é expressiva. Apresentam hinterlândias esvaziadas demográfica e economicamente, além de ausência de qualquer possibilidade de desenvolver alguma atividade especializada. As relações com o campo fracas. Sertão, Agreste e Zona da Mata nordestinos.

3 OPERACIONALIZAÇÃO

Como já referido, em Minas Gerais, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), existe um total de 676 municípios com até 20 mil habitantes. A partir destes dados, a primeira etapa do trabalho de pesquisa consistiu de uma coleta de material bibliográfico sobre estas pequenas cidades, formatando-se os dados sobre as origens e a geohistória, inserções geoeconômicas e especializações funcionais de todas elas. Assim, pôde-se partir para a aplicação da classificação ideal dos municípios, proposta por Corrêa (2011), com dados extraídos do Censo IBGE 2010 e de demais publicações do IBGE. Por meio do cruzamento destes dados, elaborou-se uma matriz, cuja metodologia permitiu avaliar quantitativamente a influência de fenômenos determinados por variáveis de diferentes dimensões ou naturezas.

Podem-se citar alguns dos vários fatores ou funcionalidades que originaram as cidades abaixo de 20 mil habitantes, em Minas Gerais, entre as quais se destacam: estação ferroviária, fundação do templo católico, mineração, promessa religiosa, cemitério, picadas, colônia agrícola, atividade agropecuária (café, gado, madeira), usina hidrelétrica, migração, estabelecimento de comerciantes/negociantes, serviço público, local de concentração de escravos alforriados e de escravos fugidos e de foragidos da Inconfidência Mineira, fábrica de tijolos e cerâmicas, aldeamentos indígenas, estrada, conflitos pela posse da terra. Este quadro indica a grande variedade de origens ou de fatores que originaram as pequenas cidades mineiras. É interessante ressaltar o papel exercido, de qualquer forma, pela Igreja Católica e pelas atividades econômicas ligas ao setor agropecuário e pela mineração.

Para a elaboração da referida matriz foram utilizadas as seguintes variáveis:

Percentual da população com inserção digital

Classificação na Regic (2007)

Codificação na Regic (2007)

Codificação na Regic simplificada (2007)

Indicação em região metropolitana ou RIDE

PIB Municipal (2010)

PIB Municipal - indústria - valor adicionado - preços básicos (2010)

PIB Municipal - serviços - valor adicionado - preços básicos (2010)

PIB Municipal - agropecuária - valor adicionado - preços básicos (2010)

PIB Municipal - impostos sobre produtos (2010)

Índice de terciarização

Índice de industrialização

População residente em 2010

PIB per capita

Percentual de trabalhadores agrícolas

Quociente locacional da Indústria (Estado)

Quociente locacional do serviço (Estado)

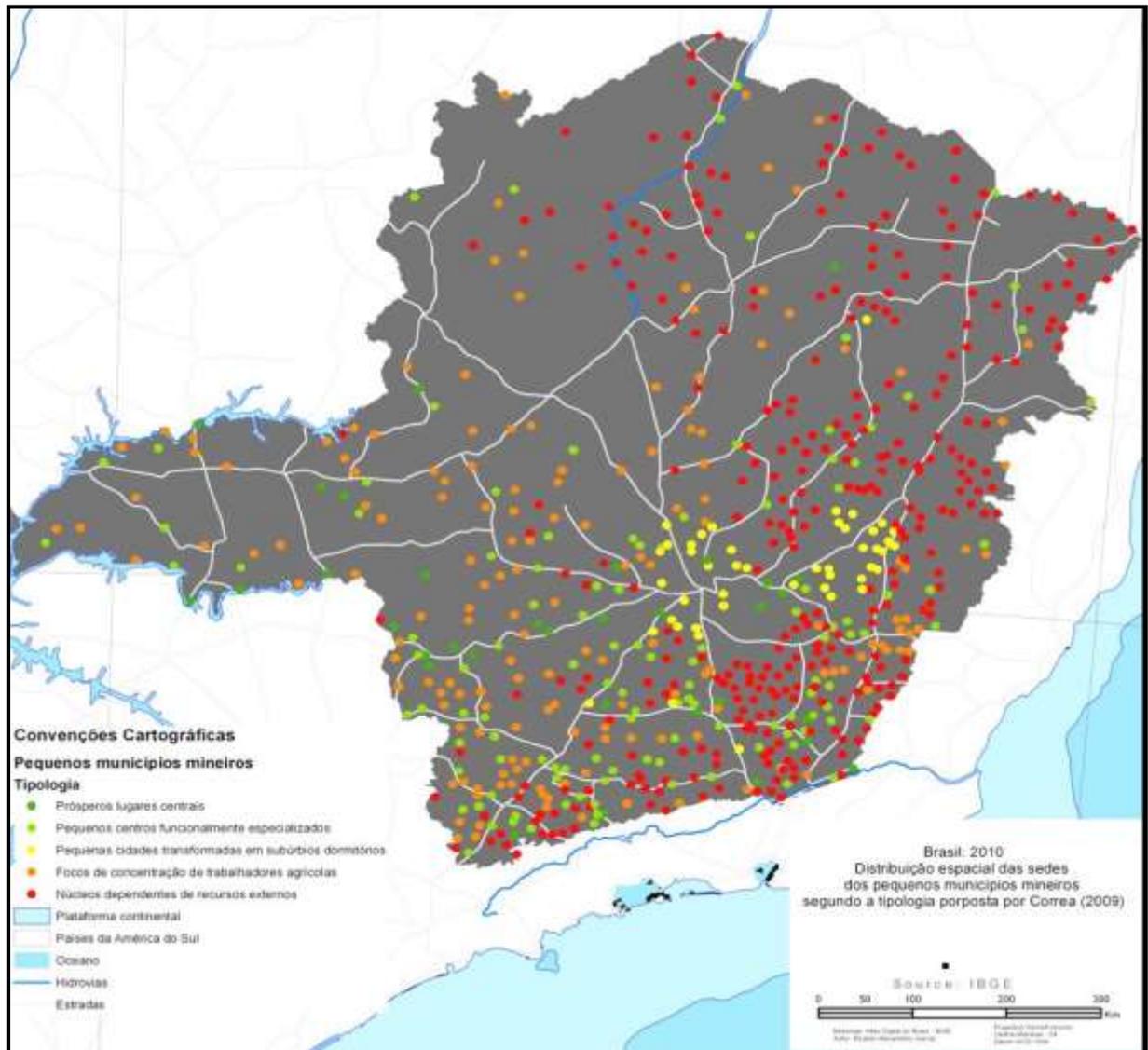
Quociente locacional da agropecuária (Estado)

Percentual da população que trabalha no mesmo município que reside

4 A TIPOLOGIA DAS PEQUENAS CIDADES DE MINAS GERAIS

Depois de ponderadas e tratadas, surge, como produto final, o mapa 1, com a tipologia dos 676 pequenos municípios mineiros e sua espacialização no território estadual. A partir da classificação dos municípios e da elaboração do mapa 1, pode-se identificar no estado de Minas Gerais algumas regiões para cada tipo, demonstrando que há uma regionalização no território mineiro, também, no que se relaciona à espacialização ou distribuição espacial dos pequenos municípios abaixo dos 20 mil habitantes. Por sua vez, estas evidências corroboram e reforçam a grande desigualdade socioespacial deste território, devido à concentração, por exemplo, dos núcleos dependentes de recursos externos (municípios de extrema pobreza e profundas precariedades) nas regiões Norte e Leste e dos prósperos lugares centrais nas regiões Sul, Central e Triângulo. Muito embora, ressalte-se, haja casos de tipos acima, que denotam a pobreza, nas regiões mais dinâmicas socioeconomicamente do estado.

1) Prósperos lugares centrais: os municípios deste tipo estão localizados preferencialmente nas regiões Centro-Oeste, Triângulo, Sul e Sudeste. Nestas regiões do estado, o desenvolvimento rural apresenta altos índices de produtividade e seus mecanismos de produção estão ligados a um sistema moderno, em sintonia com o mercado de exportação. Destaca-se o expressivo número de cidades médias e até mesmo cidades grandes, com exceção da metrópole belo-horizontina e da grande cidade - Uberlândia. Os pequenos municípios possuem e usam, devido à proximidade de municípios médios e grandes, uma série de serviços e produtos que não se apresentam nas pequenas cidades, como universidades, serviços especializados, sistemas médicos e empresas e redes comerciais de grande porte. Alguns municípios identificados como prósperos lugares centrais: Barroso, Confins, Grão Mogol, Itatiaiuçu, Matias Barbosa, Pains, São Gonçalo do Rio Abaixo e São Sebastião do Oeste. Total: 33 municípios, 4,9%.



Mapa 1: Minas Gerais – tipologia dos pequenos municípios (2010)

Fonte: Base Cartográfica: Atlas digital do Brasil - IBGE. Elaboração própria

2) Pequenos centros funcionalmente especializados: os municípios estão localizados principalmente na região Sul, Triângulo e Centro-Oeste. Ocorrem em maior quantidade se comparados aos prósperos lugares centrais, estando localizados próximos a cidades médias, que fornecem serviços de mão de obra especializada e a cidades grandes, que oferecem opções de investimentos e garantem a destinação dos produtos destes municípios, em alinhamento à demandas externas (nacionais e internacionais). Alguns municípios identificados como pequenos centros funcionalmente especializados: Abre Campo, Alpinópolis, Baependi, Cachoeira da Prata, Carmo da Mata, Gouveia, Lagoa Dourada, Dolores do Indaiá e Tiradentes. Total: 119 municípios, 17,6%.

3) Pequenas cidades transformadas em subúrbios dormitórios: localizadas em torno das regiões metropolitanas ou próximos de uma região com forte presença de municípios

médios. Estes municípios são dependentes da economia metropolitana e não possuem um rural moderno. O comércio e os serviços são, muitas vezes, incipientes e pouco desenvolvidos. A maior parte dos serviços e produtos é ofertada nas cidades próximas, fazendo com que a população faça movimentos pendulares para os grandes centros. A representação política local/regional é quase nula, decorrente da fraqueza das atividades econômicas. Alguns municípios identificados como pequena cidade transformada em subúrbio dormitório: Baldim, Belo Vale, Dionísio, Florestal, Itaguara, Jaboticatubas, Nova União e São José do Goiabal. Total: 46 municípios, 6,8%.

4) Reservatórios de força de trabalho agrícola: espalhados por todo o território, são cidades que possuem pouca ou nenhuma articulação com as cidades médias e grandes. Predomina uma economia rural arcaica e deprimida, muito embora, seja este o setor no qual há alguma geração de renda no campo e onde está localizada a maioria das populações municipais. O isolamento dos municípios garante que as más condições de trabalho sejam costumeiras. Estes núcleos urbanos são bem pequenos e apresentam infraestrutura precária, quase em sua totalidade, de origem pública. Investimentos privados são bastante baixos ou inexistentes. Alguns municípios identificados como reservatório de força de trabalho agrícola: Abadia dos Dourados, Cachoeira Dourada, Carmo da Cachoeira, Cordisburgo, Ibituruna, Madre de Deus de Minas. Total: 159 municípios, 23,5%.

5) Núcleos dependentes de recursos externos: municípios que se municipalizaram, em sua grande maioria sem uma geração de renda previamente garantida, fazendo com que já nascessem sem qualquer autonomia, formando um ciclo vicioso, de precariedade e falta de dinamismo socioeconômico. As prefeituras não conseguem ter uma arrecadação suficiente e, por isso, são tão dependentes dos recursos federais, sobretudo, por meio da emissão de auxílios especiais e programas/políticas sociais (NOGUEIRA, 2013). É intensa a presença de equipamentos que deixam visíveis estes programas federais, com o slogan dos governos estampados nas obras, e nos veículos oficiais das prefeituras. Estão localizados principalmente nas porções norte e leste do estado. Destaca-se que o total deste tipo de municípios é a mais alta dentre os cinco tipos da tipologia. Alguns municípios identificados como núcleo dependentes de recursos externos: Aguanil, Bom Jesus do Amparo, Catas Altas da Noruega, São Gonçalo do Rio Preto, José Gonçalves de Minas, Mendes Pimentel, Pedras de Maria da Cruz, Santa Bárbara do Monte Verde, Senador Modestino Gonçalves e Vargem Grande do Rio Pardo. Total: 318 municípios, 47,4%. A seguir, a título de ilustração, cinco imagens, cada uma se referindo a um tipo de cidade pequena.



Figura 1: Cordisburgo na região Central, 8667 habitantes, tipo 4: concentração de trabalhadores agrícolas

Fonte: acervo pessoal, 2015



Figura 2: Pedras de Maria da Cruz no Norte, 10315 habitantes, tipo 5: núcleo dependente de recurso externo

Fonte: <http://www.efecade.com.br/pedras-de-maria-da-cruz-minas-gerais/>



Figura 3: Baldim na RMBH, 7913 habitantes, tipo 3: subúrbio dormitório
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 4: Baependi no Sul, 18307 habitantes, tipo 2: funcionalmente especializado
Fonte: <http://desciclopedia.org/wiki/Arquivo:Baependi.jpg>

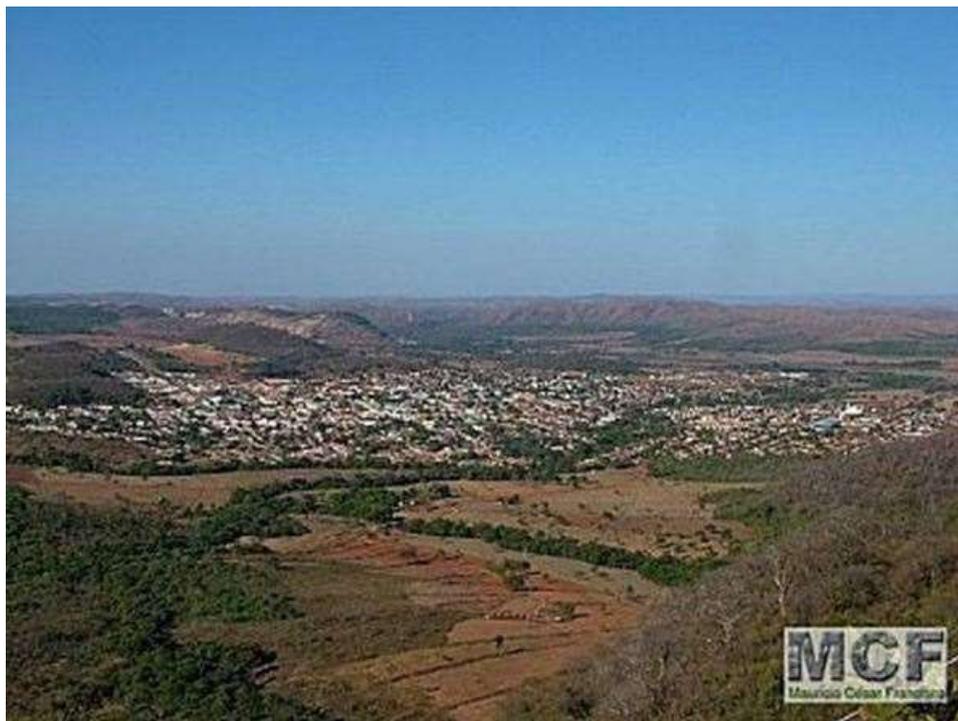


Figura 5: Vazante no Triângulo/Alto Paranaíba, 19723 habitantes, tipo 1: próspero lugar central
Fonte: <http://www.ferias.tur.br/fotos/4071/vazante-mg.html>

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pequenos municípios mineiros são bastante distintos entre si e, por isso, necessitam de estudos, destacando as diferenças e as possíveis semelhanças. Em Minas Gerais, o número de pequenos municípios é maior que a quantidade total de municípios em qualquer outro estado do país. Com tamanha expressão, é interessante que, por meio da tipologia elaborada por Corrêa (2011), os vários tipos de pequenos municípios mineiros possam ser cartografados e analisados de forma inovadora. Além disso, ela pode indicar algumas tendências dos modelos de desenvolvimento existentes nos mesmos. Observou-se, também, que a distribuição geográfica destes municípios não possui um padrão muito visível de concentração, pois em nenhuma área do estado encontra-se somente um tipo, demonstrando a imensa diversidade dos processos geohistóricos que formaram os pequenos municípios mineiros.

Os prósperos lugares centrais e os centros funcionalmente especializados se encontram, em sua maioria, conectados à malha das principais rodovias do país. O que demonstra uma maior densidade de fluxos, refletindo, por exemplo, numa maior disponibilidade e variedade de produtos. As distâncias até os centros microrregionais são reduzidas, justamente porque estas regiões são mais dinâmicas economicamente. Destaque para

as regiões do Centro, do Sul e a do Triângulo Mineiro. Representam, ainda, uma pequena parcela dos municípios mineiros, principalmente com relação aos tipificados como lugares centrais, lugares geográficos que, atualmente, menos se encontram sob o referido efeito da inércia da globalização.

O tipo “dependente de recursos externos” aponta municípios de extrema carência de recursos, que necessitam de políticas públicas especiais de desenvolvimento para que possam se autonomizar. Estes problemas são recorrentes devido, principalmente, entre outros fatores, ao grande surto de emancipações municipais que fez surgir dezenas de cidades sem qualquer infraestrutura, sobretudo, na segunda metade do século XX. Destaque para a Zona da Mata, o Leste e o Norte. Este tipo de pequena cidade é o mais recorrente em Minas Gerais.

As cidades dormitórios (transformadas em subúrbios dormitórios) são as únicas que apresentam algum padrão de localização mais visível, nas duas regiões metropolitanas, Belo Horizonte e Vale do Aço. Isso reflete o intenso poder de articulação dos centros metropolitanos, transformando estas pequenas cidades em apêndices para atender a uma demanda destes centros. A existência da função “dormitório” é um processo tipicamente metropolitano. Estes municípios enfrentam dificuldades de gestão municipal, pois acabam recebendo muita influência das políticas desenvolvidas pelas grandes cidades, como Belo Horizonte e Ipatinga. Adicionalmente, o alto custo da terra nessas grandes cidades força o deslocamento principalmente das camadas mais pobres da sociedade, promovendo um rápido crescimento nestas pequenas cidades, em sua maioria desordenado e irregulares, a chamada periferização da pobreza (PINHO; BRITO, 2013).

Finalmente, os pequenos municípios que constituem os focos de concentração de trabalhadores agrícolas localizam-se em regiões mais dinâmicas, como o Sul, mas também, em regiões mais deprimidas economicamente, como a Zona da Mata e o Norte. Esta configuração pode indicar que as precárias condições municipais revelam uma pobreza do rural, mesmo em regiões mais ricas. Este quadro merece ser amplamente investigado, pois os municípios aqui identificados, se encontram tanto em regiões mais dinâmicas, como as mais deprimidas.

O quadro geral apresentado denuncia, em grande medida, a precariedade em todas as dimensões, da maioria esmagadora dos municípios mineiros. Afinal, os pequenos perfazem um total de 676 municípios, 79% dos 853 municípios do estado. Essa cartografia mostra também que, diante de tanta pobreza e de necessidades semelhantes, o consórcio ou associação de municípios parece ser uma das saídas indicadas para que os mesmos consigam uma maior representatividade nas decisões estatais superiores, realçando as potencialidades locais e microrregionais, objetivando a construção das tão importantes autonomias municipais. Por

parte do estado, investimentos em arranjos produtivos locais por meio de capacitação técnica, desburocratização e ampliação da oferta de crédito aos pequenos municípios poderiam dinamizar bastante a rede de pequenos municípios, influenciando assim todo o estado de Minas Gerais, já que eles estão intrinsecamente ligados a toda rede urbana.

Finalmente, importa salientar que este artigo é o resultado de uma pesquisa, representando um esforço no sentido de tornar mais inteligível o papel exercido pelas pequenas cidades mineiras na rede urbana estadual por meio da utilização da tipologia formulada por Corrêa (2011), que muito contribuiu para este objetivo. A ideia é promover o debate, contribuindo, assim, para o avanço do conhecimento sobre as pequenas cidades mineiras.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Do setor ao terciário: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **IPEA** (texto para discussão), 702, 2000. 33 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re) Produção do Espaço Urbano**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 30, p. 05 - 12, 2011.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, v. 4, n. 6, p. 43-53, 1999.

_____. Perspectivas da urbanização brasileira - uma visão geográfica para o futuro próximo. In: PEREIRA, Elson Manoel; DIAS, Leia Christina Duarte (org.). **As cidades e a urbanização no Brasil**. 1. Ed. Florianópolis: Insular, 2007.

_____. **A Rede Urbana**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.

Damiani, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. **En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo**. CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

DINIZ, Alexandre Magno; BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 17, n. 43, 2005.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o rural eo urbano. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FARIA, Vilmar E. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego; a experiência brasileira dos últimos 30 anos. In: ALMEIDA, Maria Hermínia T. de (org). **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense,1984.

FERREIRA, Sandra Cristina. Contribuição ao debate acerca de pequenas cidades na rede urbana. I **Simpósio sobre Pequenas Cidades e Desenvolvimento Local**. Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá/Paraná, 2008.

HAVEY, David. *The new imperialism*. Oxford Press, 1ª edição. Nova Iorque, 2003.

HORTA, C. J. G.; BRITO, Fausto. Minas Gerais: crescimento demográfico, migrações e distribuição espacial da população. In: X Seminário Sobre a Economia Mineira, 2002, Diamantina. **Anais: X Seminário Sobre a Economia Mineira**, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **REGIC**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/REGIC2007/topwindow.htm?1>>.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS DE MINAS GERAIS. **Cartografia**. Disponível em: <http://www.iga.br/mapas/cgi/IGA_09_Cartografia.php>.

LEFÈBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. 3. Ed. Barcelona: Ediciones Península. 1975.

MOTA, Diana Meirelles. Configuração da Rede Urbana no Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 100, p. 7-25, jan./jun. 2001.

NOGUEIRA, M. Os impactos socioeconômicos dos benefícios previdenciários em pequenas cidades do estado de Minas Gerais, Brasil. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, Porto (Portugal), n. 4, p. 177-196, dezembro 2013.

PINHO, Breno A. T. Duarte de; BRITO, Fausto. Fluxos migratórios intrametropolitanos: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 1970- 2010. **IPEA** (texto para discussão), 472, 2013. 23 p.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. **A urbanização brasileira**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico-metodológicos da Geografia**. 5. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SPÓSITO, Maria. Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.) **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Regards sur le «rural» brésilien. IN: ZANONI, Magda. FERREIRA, Angela D.D. (org). **Pour penser une autre agriculture**. Paris: Karthala, 2001.

_____. O “lugar” dos rurais; o meio rural no Brasil moderno. SOBER. **Anais. XXX Congresso de Economia e Sociologia Rural**. Natal, Rio Grande do Norte, 1997.